

# Legislação contra as drogas divide opiniões em Caratinga

❑ *Autoridades polemizam em torno da flexibilização da punição para usuários de entorpecentes*

Uma polêmica sobre a legislação penal brasileira marcou a audiência pública da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas realizada ontem em Caratinga (Vale do Rio Doce). Autoridades apresentaram argumentos contra e a favor da tolerância com os usuários de drogas. A descriminalização da maconha também gerou controvérsia.

“ A prevenção, o tratamento e a reinserção dos usuários vão muito além do que o Direito Penal pode fazer ”

Entre os críticos da legislação brasileira, o presidente da comissão, deputado Vanderlei Miranda (PMDB), considera as normas muito paternalistas. “A Polícia

Militar prende a mesma pessoa 10, 15, 20 vezes, mas, em função da lei, o Judiciário tem que soltar”, lamentou. Em seu entendimento, o excesso de tolerância com os usuários beneficia os traficantes, que passam a contar com “uma clientela fidelizada que não pode ser presa”.

**PUNIÇÃO** - Também defensor de maior punição, o juiz da 2ª Vara Criminal e do Juizado da Infância e Juventude, Walter Esbaille Júnior, é contrário à substituição da pena de restrição de liberdade por prestação de serviço comunitário para traficantes considerados primários. “O tráfico é a porta de entrada de vários crimes: roubos, homicídios, prostituição infantil, entre outros”, advertiu.

Segundo o magistrado, a legislação também dificulta a repressão contra o adolescente envolvido com drogas, ampliando a delinquência juvenil. Zwicker também criticou a política de internação voluntária, pois para ele muitos dependentes chegam a um ponto de não ter mais consciência de sua própria vontade.

Sob a mesma ótica, o promotor Marcelo Dias Martins lamen-

tou que a guerra contra o tráfico já se arraste há 40 anos, mas que o problema só tenha aumentado. Segundo o promotor, o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, com 500 mil presos, e a sexta nação que mais prende no planeta. Mas, em função da legislação que facilita a soltura do preso, é grande a rotatividade no sistema penitenciário. Para ele, isso gera a sensação de impunidade e insegurança no

País. Em sua opinião, iniciativas como a da comissão da ALMG precisam se ampliar.

O comandante da 22ª Companhia Independente da Polícia Militar, major Sérgio Renato da Silva, informou que houve um aumento de 15,2% no número de prisões por tráfico em Caratinga entre 2012 e 2014. Por outro lado, o efetivo da PM foi reduzido de 400 para 307 homens. De acordo com o policial, mesmo com a

carência de recursos humanos, a PM faz um trabalho de conscientização em 17 escolas da cidade, atendendo 1,9 mil crianças.

Segundo o delegado regional de Polícia Civil Silvio Henrique Corrêa, somente em 2013 já foram apreendidos 44,3 quilos de maconha, 4,4 quilos de crack e 2,4 quilos de cocaína. Também foram instaurados 149 inquéritos, que resultaram em 117 indiciamentos.



Autoridades apresentaram argumentos contra e a favor da tolerância com os usuários de drogas

## Juiz defende melhorias das políticas para prender traficantes

Do lado dos defensores da legislação brasileira, o juiz da 1ª Vara Criminal e Juizado da Infância e Juventude, Júlio Ferreira Andrade, pontuou que o aumento da criminalidade no Brasil não se dá em função das leis, mas pela falta de medidas de prevenção e de reinserção social do dependente.

Na opinião do magistrado, é preciso um trabalho direcionado a crianças e adolescentes que moram em zonas de risco, onde o Estado não se faz presente. Por

outro lado, defendeu melhor aparelhamento das polícias para prender os traficantes. Júlio Andrade condenou a punição dos usuários. “Prender quem precisa de tratamento é abominável”, afirmou.

O defensor público Moacyr Rabello afirmou que a prevenção, o tratamento e a reinserção vão muito além do que o Direito Penal pode fazer. Ele também se mostrou contrário à internação compulsória dos dependentes.

O juiz da Vara Especial Crimi-

nal da comarca, Marco Aurélio Rodrigues, não se posicionou em relação à legislação, mas admitiu que o Brasil não possui estrutura necessária para combater as drogas. Ele ainda ponderou que é preciso estabelecer medidas mais efetivas de prevenção e sugeriu a realização de palestras e reuniões de tratamento com equipes multidisciplinares.

**CONSENSO** - Apesar das divergências, todos os partici-

pantes da audiência concordaram que é preciso mais investimentos no combate às drogas.

O prefeito de Caratinga, Marco Antônio Junqueira, reclamou que os municípios têm assumido responsabilidades que deveriam ser da União e do Estado. O prefeito informou que Caratinga recebe R\$ 55 mil mensais para aplicar na área de saúde, mas destina cerca de R\$ 500 mil ao Sistema Único de Saúde (SUS). Para o transporte

escolar, a prefeitura tem repasses de R\$ 920 mil, mas investe R\$ 3,1 milhões.

O presidente do Conselho de Pastores de Caratinga, Jaelson de Oliveira Gomes, afirmou ser incoerente defender a liberação da maconha e o combate às drogas. O vereador Rômulo Fabrício Gomes, o Rominho, também se posicionou contra a liberação dessa droga. Segundo o vereador, “a maconha é a porta de entrada para o crack”.

PÁGINA PREPARADA PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



**GOVERNO DE MINAS**

**PODERES DO ESTADO**  
**Executivo**  
 GOVERNADOR ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA  
**Legislativo**  
 DEPUTADO DINIS PINHEIRO  
**Judiciário**  
 DESEMBARGADOR JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES

**Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais**  
 MARIA COELI SIMÕES PIRES  
**Diretor-Geral da Imprensa Oficial**  
 EUGÊNIO FERRAZ

**MINAS GERAIS**  
 ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO  
**Editor-Geral**  
 AFONSO BARROSO DE OLIVEIRA  
 IMPRENSA OFICIAL  
 Av. Augusto de Lima, 270  
 Correspondências: Rua Espírito Santo, 1040  
 CEP 30160031 - Belo Horizonte